


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA

Rua Albano Buzo, 367, . - Jardim Mariana

CEP: 14815-000 - Ibaté - SP

Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0000447-90.2008.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Leve**
 Autor: **Justiça Pública**

Vistos. Em 17 de fevereiro de 2014 faço os presentes autos conclusos ao Dr. Wyldensor Martins Soares, Juiz de Direito. Eu, _____, Esc. Subscrevi.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Wyldensor Martins Soares**

Vistos.

Trata-se de ação penal contra Gilberto Jovino dos Santos pela prática do delito previsto no art. 129, § 1º, inciso I c.c art. 61, II, “e” e “h” todos do **Código Penal**, eis que no dia 03 de fevereiro de 2008, ofendeu a integridade de sua filha Jaciani da Silva dos Santos, com sete anos de idade, resultando incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias.

A denúncia de fls. 01-A/01-B veio instruída com o inquérito policial nº 009/2008 (fls. 01/66) e foi recebida aos 10 de setembro de 2009 (fls. 67).

Resposta à acusação acostada em fls. 77/82.

Ausentes as hipóteses que pudessem ensejar absolvição sumária foi ratificado o recebimento da denúncia e designada instrução (fls. 83).

Audiência de instrução aos 20 de maio de 2010 com a oitiva de Carlos Henrique Fernandes dos Santos e Adriano Pereira da Silva, tudo em conformidade com os termos e mídia áudio-visual encartados às fls. 96/99.

Iniciaram-se tentativas de localização da vítima e sua genitora que se estenderam de fls. 102 a 132.

0000447-90.2008.8.26.0233 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DISTRITAL DE IBATÉ****VARA ÚNICA**

Rua Albano Buzo, 367, . - Jardim Mariana

CEP: 14815-000 - Ibaté - SP

Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

Designou-se audiência em continuação (fls. 133).

Declarou-se a revelia do réu que não compareceu à audiência do dia 09 de maio de 2013, embora defendido por advogado constituído (fls. 138).

Foi deprecada a oitiva da vítima e sua genitora (fls. 145).

Como a vítima e sua genitora não foram encontradas procedeu-se à substituição (fls. 152) e respectiva inquirição no dia 10 de dezembro de 2013 (fls. 159/161).

Em memoriais o Ministério Público requer a condenação do réu, agravando-se a pena na segunda fase da dosimetria com fixação de regime aberto, sem possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos (fls. 162/167).

A defesa, por sua vez, sustenta que o ferimento ocasionado na filha ocorreu culposamente e não a título de dolo, de modo que a tipificação descrita na inicial não restou comprovada devendo o réu ser absolvido (fls. 172/175).

DECIDO.

Quanto ao crime de lesão corporal a materialidade está demonstrada pelos autos de exame de corpo de delito de fls. 56 que atesta a existência de lesões corporais graves na vítima Jaciane da Silva Santos e laudo pericial da faca às fls. 12.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DISTRITAL DE IBATÉ****VARA ÚNICA**

Rua Albano Buzo, 367, . - Jardim Mariana

CEP: 14815-000 - Ibaté - SP

Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

A testemunha Andria era vizinha do réu, morava a duas casas de distância e ouviu gritos. Saiu para prestar socorro e viu que tinha muito sangue na casa e que a menina estava ferida. O réu estava no local e teria se dirigido para lá a fim de matar a ex-mulher, porém a criança interveio. Ele não prestou socorro.

A versão da vizinha é a mesma obtida e reproduzida pelo policial militar Carlos Henrique Fernandes dos Santos.

Adriano Pereira da Silva esclareceu que os fatos se deram em virtude de briga conjugal onde houve a intervenção da menor que acabou sendo ferida.

O réu prestou esclarecimentos apenas em solo policial e confessa ter atingido a menina, embora tenha dito que tudo ocorreu “sem querer”(fls. 06).

Assim, as circunstâncias e provas evidenciam que há pertinência subjetiva passiva da denúncia, em contrariedade aos argumentos defensivos de incongruência típica.

O réu pretendia lesionar Maria Aparecida de Melo da Silva e ao golpeá-la incorreu em erro sobre a pessoa (§ 3º do art. 20 do Código Penal).

Como sabido, o erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.

O réu pretendia ferir Maria Aparecida de Melo da Silva e viu seu intento frustrado pela intervenção da filha que agiu em defesa da mãe.

Assentada a autoria dos delitos e ausentes justificativas ou


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA

Rua Albano Buzo, 367, . - Jardim Mariana

CEP: 14815-000 - Ibaté - SP

Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

dirimantes capazes de afastar, respectivamente, a antijuridicidade da conduta e a culpabilidade do réu **Gilberto**, a sanção penal é medida inexorável para concretização dos escopos de prevenção geral positiva e prevenção especial colimados pelo sistema punitivo.

Ex positis, **JULGO PROCEDENTE** a denúncia de fls. 01-A/01-B, para **CONDENAR GILBERTO JOVINO DOS SANTOS** pela prática do delito capitulado no art. **art. 129, § 1, do Código Penal**, passando a dosar-lhe as penas, nos termos do artigo 68 do mesmo diploma.

Analizadas as diretrizes do artigo 59 do Código Penal a **culpabilidade** é normal à espécie. O réu é **primário**, conforme apenso de FA anexo. Sua **conduta social e personalidade** não devem influenciar negativamente a reprimenda, pois tal valoração implica apologia ao direito penal de autor, fenômeno antigarantista que não conta com o entusiasmo deste magistrado. O **motivo** do delito seria discussão conjugal, o que não recomenda acréscimo. As **circunstâncias** do delito não destoam daquelas em que delitos semelhantes são praticados, ao passo que as **consequências** foram graves, mas não vão além da própria tipicidade.

Na primeira fase, atentando às diretrizes do artigo 59 do Código Penal, fixo a pena no mínimo legal estabelecendo-a em **1(um) ano de reclusão**.

Incide a agravante prevista na alínea “f” do inciso II do art. 61 do Código Penal, pois Maria Aparecida de Melo era convivente de Gilberto e as lesões ocorreram no contexto de violência doméstica, assim entendida aquela praticada contra pessoa com quem o réu convive ou conviveu, nos termos do art. 5º, III, da Lei 11.340/2006.

Conforme § 3º do art. 20 do Código Penal devem ser



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

Rua Albano Buzo, 367, . - Jardim Mariana

CEP: 14815-000 - Ibaté - SP

Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

desconsideradas as qualidades da vítima, balizando-se a reprimenda pelas qualidades da pessoa almejada.

Aumento a pena em 2(dois) meses de reclusão.

Ausentes causas de diminuição de pena ou aumento de pena, torno em definitiva a pena de **1(um) ano e 2(dois) meses de reclusão.**

Fixo o regime **aberto** para cumprimento da pena, diante do patamar inferior a quatro anos e primariedade do réu.

Deixo de substituir a pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito, diante da violência contra a pessoa.

O réu poderá apelar em liberdade.

CONDENO o réu ao pagamento das custas processuais que fixo em 100 UFESP's, observado o disposto no art. 12 da Lei 1060/50.

Considerando que a denúncia foi recebida aos 10 de setembro de 2009 e a sentença penal condenatória apenas está sendo publicada aos 17.02.2014, portanto mais de quatro anos após o recebimento da denúncia, ocorre o **efeito autofágico da sentença**, na medida em que a sanção concretamente imposta está acobertada pela prescrição retroativa, conforme inciso V do art. 109 do Código Penal.

Decorrido o prazo para recurso ministerial certifique-se e venham conclusos para extinção da punibilidade.

PRIC.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DISTRITAL DE IBATÉ****VARA ÚNICA**

Rua Albano Buzo, 367, . - Jardim Mariana

CEP: 14815-000 - Ibaté - SP

Telefone: (16) 3343-2104 - E-mail: ibate@tjsp.jus.br

Ibaté, 17 de fevereiro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

D A T A

Em 17/02/2014, baixaram-me estes autos com o(a) r.
despacho/decisão supra/retro. Eu, _____ Escrevente Técnico
Judiciário, subscrevi.